



Revista Eletrônica de Ciências da Educação, v. 6, n. 2, nov 2007.

## CICLOS DE APRENDIZAGEM: AÇÃO OU ACOMODAÇÃO

**Viviane do Rocio Barbosa<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

**Andréia Alves Correa**

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

**Sandra Regina Kirchner Guimarães<sup>2</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

### INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa refere-se aos ciclos de aprendizagem. O objetivo principal consiste em investigar o pressuposto de que os ciclos podem desenvolver ação ou acomodação nos indivíduos que estão diretamente relacionados ao processo ensino-aprendizagem (pais, alunos e profissionais da educação).

Para tanto, procurou-se identificar situações em que a implantação dos ciclos de aprendizagem em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba gerou uma acomodação por parte dos educadores e educandos, buscando-se, ao mesmo tempo, verificar a ação democrática da comunidade escolar.

### REFORMULAÇÕES NOS SISTEMAS DE ENSINO

No mundo onde a universalização da economia e tecnologia é inevitável, a formação de uma mão-de-obra qualificada tornou-se imprescindível, e reformas nos sistemas educacionais foram se realizando, ao longo dos tempos, a fim de formar indivíduos capazes de atuar no mundo do trabalho competitivo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

<sup>2</sup> Professora orientadora: Psicóloga pela PUC-PR, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Paraná.



Assim diz Costa ao comentar as reformas educacionais: "... há uma tendência de ponta a promover reformas em sistemas educacionais, orientadas pela conjugação da busca de eficiência e equidade. Cidadania e revolução tecnológica seriam assim solidárias na nova sociedade que se forma" (COSTA, 1996, p.43).

Com efeito, o sistema educacional brasileiro já passou por diversas reformas (Escola Tradicional, Escola Nova, Escola Tecnicista) sempre procurando atender aos interesses da classe dominante. Dentro da atual conjuntura mundial de globalização do capital e da necessidade de se produzir um indivíduo flexível, apto ao trabalho em grupo, com o domínio de técnicas para desenvolver trabalhos específicos, diversas cidades brasileiras, e em especial Porto Alegre e Belo Horizonte, alteraram os rumos de suas políticas, desenvolvendo reformas em seus sistemas educacionais. Os objetivos que ambas as redes municipais de educação se propuseram a atingir foram: deixar de lado a exclusão e atender aos interesses da maioria da população, dar oportunidade de escolarização a todos os indivíduos e resistir à mercantilização da sociedade. Assim, para que a educação se concretizasse de uma forma diferenciada da qual estava sendo desenvolvida, e para que os novos objetivos fossem alcançados, tais cidades adotaram em suas políticas educacionais os ciclos que estão propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Lei n.º 9.394/96, Capítulo II, Artigo 23, a qual dispõe:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (APP-SINDICATO, 1997, p. 54)

Numa sociedade que se transforma e evolui com base na informação, tais alterações se fazem necessárias. Segundo perspectiva do Secretario Municipal de Educação da cidade de Porto Alegre, José Clóvis de Azevedo (1999), a formação por ciclos representa um avanço perante as formas conservadoras de organização do ensino, pois essa forma de organização do sistema escolar propicia oportunidade a todos os indivíduos da sociedade.



## **ESTRUTURAÇÃO DOS CICLOS EM ALGUMAS CIDADES BRASILEIRAS**

A proposta de estruturação dos sistemas educacionais por ciclos recebe uma denominação específica conforme os interesses políticos que os regem; em Porto Alegre, é chamada de “Ciclos de Formação” formando a “Escola Cidadã”, em Belo Horizonte, é conhecida como “Ciclos da Infância e Adolescência” formando a “Escola Plural”.

Além das capitais brasileiras já citadas, a Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba (1999) também vem adotando a mesma política educacional, implantando os ciclos nas escolas de primeira a oitava série do Ensino Fundamental, que são chamados de “Ciclos de Aprendizagem”.

A estrutura dos ciclos segue praticamente as mesmas regras: não existe mais a seriação e acaba a repetência ao final do ano letivo. Em todas as cidades em que esse sistema está sendo implantado, os alunos são matriculados nos ciclos conforme a idade, e cada ciclo tem a duração de dois anos (como na cidade de Curitiba), ou três anos (como nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte). A seriação de primeira a oitava série do Ensino Fundamental é substituída por três ou quatro ciclos, e ainda são formadas em cada ciclo as chamadas “turmas de progressão”, que visam atender aos educandos com defasagem entre sua faixa etária e a escolaridade, realizando um trabalho diferenciado para a superação das dificuldades apresentadas. A orientação dada pelo MEC para que haja uma flexibilização da seriação é a seguinte:

A noção de ciclo é pedagogicamente funcional por corresponder melhor à evolução de aprendizagem da criança e prever avanços na aprendizagem de competências específicas, mediante uma organização curricular mais coerente com a distribuição dos conteúdos ao longo do período de escolarização. A adoção de ciclos tende a evitar as freqüentes rupturas, ou excessiva fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo ao permitir que os professores adaptem a ação pedagógica ao diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, sem no



entanto perder a noção das exigências de aprendizagem referentes ao período em questão. (MEC, 1995, p.11)

O sistema de ciclos, quando adotado, requer uma reordenação na concepção de avaliação de todo o sistema escolar. Dessa forma, a cidade de Porto Alegre (1995), na “Escola Cidadã”, desenvolve a avaliação em três modalidades: a avaliação formativa, a avaliação somativa e a avaliação especializada. A avaliação formativa tem como dinâmica a auto-avaliação do aluno, do grupo e dos educadores, o conselho de classe participativo com todos os envolvidos no processo, análise do relatório de desempenho dos alunos feito pela família e a elaboração de um relatório descritivo de avaliação individual do aluno, realizada pelos professores. A avaliação somativa consiste no quadro diagnóstico geral no final de cada ano letivo e de cada Ciclo de Formação e a avaliação especializada consiste naquela cujo requerimento é feito pelos educadores e é realizada pelo Serviço de Orientação Pedagógico em alunos que necessitam de um apoio educativo especial.

Na cidade de Belo Horizonte (1999), na “Escola Plural”, a avaliação é realizada seguindo os mesmos paradigmas da Escola Cidadã. A descrição dos avanços e das dificuldades dos alunos é realizada pelos professores de Belo Horizonte. Estes relatórios com os resultados obtidos pelos alunos são apresentados e discutidos com os pais durante os Conselhos de Classe, uma vez que a participação familiar se faz necessária dentro desta política. A auto-avaliação do aluno também é desenvolvida para que ele se sinta responsável pela sua aprendizagem e se torne um agente ativo desse processo.

A organização dos ciclos na Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba segue praticamente as mesmas regras das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte, com a diferença de que ao final de cada ciclo, que tem duração de dois anos, o aluno é “retido” se não possuir os pré-requisitos necessários para poder freqüentar o ciclo seguinte.

O procedimento adotado pelas políticas educacionais das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte, eliminando as notas, vem para romper com um tradicional conceito presente em toda a sociedade, a competição.



Além disso, a eliminação dos mecanismos de reprovação escolar, própria de uma sociedade excludente e competitiva, vem também para redefinir o papel da família com relação à aprendizagem. As políticas educacionais de ambas as cidades citadas têm como grande objetivo manter a família envolvida com o processo de aprendizagem, dando-lhe a oportunidade de fazer uma análise crítica do desempenho dos alunos durante os Conselhos de Classe. O conhecimento e o entendimento dos avanços e das questões que precisam ser aprimoradas com o auxílio de todos os envolvidos no processo, contribuem para que se alcancem com mais rapidez os objetivos pretendidos, ou seja, o conhecimento sistematizado historicamente produzido.

A implantação dos ciclos como forma de organização do ensino requer não apenas uma nova estrutura curricular, mas também necessita de uma participação mais ativa da comunidade escolar (pais, alunos, professores, pedagogos, diretores). A cidade de Porto Alegre, por exemplo, ao adotar os ciclos, desenvolveu primeiramente mudanças administrativas, promoveu seminários para discussão das propostas com a comunidade escolar e desenvolveu programas de formação dos Conselhos Escolares e professores, e somente depois de realizado esse trabalho de conscientização coletiva, os ciclos foram implantados.

Tal atitude ressalta que a consciência de uma classe não ocorre por mera coincidência ou pela espontaneidade, ela se dá por meio da consciência dos atos, dos prós e contras das atitudes que estão sendo tomadas. Em outros termos, não basta apenas uma mudança estrutural para se formar um cidadão participativo, mas se faz necessária uma mudança de paradigma em toda a comunidade escolar.

Assim diz Mezomo:

A qualidade da escola, (...) só será garantida se houver a participação de todos os envolvidos: pais, professores e alunos. Os pais deverão apoiar o esforço da escola, os professores deverão trabalhar mais efetivamente e os alunos deverão executar a parte que lhes cabe no processo de aquisição das habilidades de que necessitam para serem os cidadãos que a sociedade requer. (MEZOMO, 1997, p. 12)



A mesma situação, no entanto, não pode ser referida à cidade de Curitiba, na voz dos sujeitos participantes desta pesquisa, pois essa nova política educacional trouxe certa acomodação por parte dos alunos e familiares em relação ao envolvimento no processo de aprendizagem. A Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (1999) propôs um projeto de implantação pelo qual se respeitariam as diversidades culturais de cada região e todos os envolvidos no processo teriam ampla participação; porém, a forma como se efetivou esse processo não condiz com o discurso de uma sociedade democrática, pois os objetivos a serem alcançados já estavam predeterminados e a comunidade escolar (principal agente dessa dinâmica) não participou diretamente da discussão (com exceção de algumas lideranças das regionais que estiveram em encontros para discussões).

A proposta de implantação dos ciclos em Curitiba propunha a realização de seminários com vistas à formação da comunidade escolar no sentido de prepará-la para a nova situação que iriam vivenciar, fato este que acabou não acontecendo da forma como foi planejada. Essa atitude demonstra que a autoridade prevalece sobre a autonomia, na medida em que a experiência já é a prática e poucas mudanças são admitidas. É comum assim escutar os alunos dizerem: “para que estudar, seu eu vou passar...”, ou então os pais se referirem à escola “... como é que ele passou, se ele não sabe nada...”. Parece estar presente em grande parte da comunidade escolar a idéia de que não há mais necessidade de dedicar-se ao estudo.

O fato de a comunidade escolar estar historicamente acostumada a conviver com a tradicional forma de organização do sistema escolar, quando este deixa de existir, sem um trabalho de conscientização geral, acaba gerando um descomprometimento e desinteresse por parte de alunos e familiares com o processo de aprendizagem. “Estamos tão acostumados com a organização seriada que ela passou a fazer parte de nosso imaginário escolar.” (ARROYO, 1999, p. 144). Infere-se que muitas das idéias presentes nas escolas da cidade de Curitiba, onde os ciclos ocorrem, são oriundas da falta de uma política educacional estruturada que desenvolva um processo de formação de toda a comunidade escolar para que ocorra um maior empenho por parte de todos os envolvidos.

Além da falta de envolvimento da comunidade escolar, o desenvolvimento dos ciclos também vem apresentando situações que não contribuem para o



aprimoramento de uma aprendizagem com qualidade. Sabe-se que nem todas as crianças aprendem da mesma forma; um aluno é diferente do outro, a história de vida e de conhecimento dos alunos é diferente e, portanto, a forma como desenvolvem sua aprendizagem é diferenciada. E então, o que fazer com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e ao final dos ciclos não conseguiram superá-las? A proposta de implantação dos ciclos prevê um apoio educativo para alunos que apresentarem tais dificuldades, mas será que apenas isso é suficiente?

Pode-se perceber que ao elaborar as propostas de reestruturação do sistema de ensino, cidades como Porto Alegre e Curitiba deixam claro que seu objetivo é atender aos interesses dos cidadãos. Porém é preciso analisar se essas reformas estão sendo direcionadas aos objetivos que se propõem, ou se constituem apenas um projeto para adequar o ensino brasileiro às exigências da economia mundial globalizada, ou seja, dotar a população de conteúdo mínimo para que possa cumprir o seu papel como cidadão mais flexibilizado, criativo e com saber prático, requisitos que são necessários para se atuar no mercado capitalista em transformação.

## **MÉTODO E RESULTADOS DA PESQUISA**

A parte prática deste trabalho foi realizada por meio de questionários direcionados a vinte e oito professores de duas escolas municipais da cidade de Curitiba. Foram selecionadas escolas que alteraram o seu sistema de ensino e que passaram a adotar os ciclos de aprendizagem como uma nova prática educativa, cuja clientela é parecida.

Na escola “A”, com relação ao processo ensino-aprendizagem, oitenta e dois por cento dos professores afirmam que houve uma queda no que diz respeito à qualidade de ensino após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem. Já, nove por cento dos professores acreditam que o desenvolvimento desse novo sistema de ensino trouxe melhorias para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade. E, por fim, outros nove por cento dos professores, afirmaram que não ocorreram mudanças no processo de aquisição da aprendizagem após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem.





Na escola “B”, verificou-se que oitenta por cento dos professores que responderam ao questionário acreditam que o processo ensino-aprendizagem piorou. Já, vinte por cento dos professores acham que nada mudou, que os problemas e a falta de envolvimento da família, dos alunos e dos professores sempre existiram e, com a implantação dessa nova política, tais situações apenas tornaram-se mais evidentes.

Sobre o interesse e o envolvimento dos alunos com a escola, após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem, na escola “A” setenta e dois por cento dos professores afirmam que o interesse dos alunos não se ampliou após o desenvolvimento do novo sistema. Outros vinte e oito por cento dos professores dizem que o interesse e o envolvimento dos alunos perante as atividades escolares diminuíram.

Na escola “B”, sessenta por cento dos que responderam ao questionário afirmam que nada foi alterado. A participação e o interesse dos alunos continuam da mesma forma, ou seja, muitos demonstram gostar das atividades escolares e não apresentam maiores dificuldades e outros, devido aos problemas sociais e emocionais que enfrentam, não apresentam o mesmo desempenho. Já, quarenta por cento acham que está ocorrendo uma grande falta de interesse, por parte dos alunos, em relação à execução das atividades escolares, pois sabem que se esforçando ou não, aprendendo ou não, freqüentando ou não as aulas, irão conseguir passar para o ciclo seguinte.

Percebe-se com isso que a política educacional dos ciclos de aprendizagem, quando não bem estruturada, acaba gerando acomodação por parte de toda a comunidade escolar no que diz respeito à participação.

Em se tratando da participação da família no processo ensino-aprendizagem, observou-se que a opinião dos professores é bem dividida na escola “A”: cinquenta e quatro por cento deles afirmam que a participação familiar não mudou, a grande maioria dos pais vem à escola quando solicitados e uma pequena parte destes acompanha o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. Porém, quarenta e seis por cento acreditam que esse interesse diminuiu com o processo de ciclagem por não haver mais a retenção e por se ter a certeza de que o aluno irá obter êxito.





Já na escola “B” todos os profissionais que responderam o questionário possuem a mesma opinião, acreditam que esse interesse não aumentou e também não diminuiu, ou seja, continuou o mesmo.

Sobre esse resultado pode-se questionar a atitude não da comunidade escolar (pais), mas dos dirigentes desse processo (Secretaria de Educação, Diretores de Escolas), que não desenvolveram um processo de conscientização daquelas pessoas que realmente são as interessadas pelo sucesso dessa política. Este processo poderia ser feito como na cidade de Porto Alegre, onde os Conselhos Escolares passaram por um processo de formação e vivência dos ciclos e, somente então, estes foram implantados com o apoio e a participação da grande maioria da comunidade.

Quanto à preferência dos profissionais que responderam aos questionários sobre a organização do sistema de ensino, na escola “A”, setenta e dois por cento preferem a forma seriada e vinte e oito por cento dos professores, o ensino organizado por Ciclos de Aprendizagem.

Na escola “B” sessenta por cento dos professores preferem um sistema de ensino organizado em séries e com a “retenção” dos alunos que não conseguirem adquirir os pré-requisitos necessários para a série seguinte. Outros quarenta por cento acreditam que a estrutura das instituições pode ser organizada em Ciclos de Aprendizagem, conforme a proposta da Secretaria Municipal de Educação.

A opinião dos professores consultados ressalta a importância de uma conscientização política para que o processo se realize com êxito, tendo todos os seus esforços voltados para o objetivo da proposta, partindo da reflexão, seguida de análise e implementando a ação *a posteriori*.

Em relação à metodologia, todos os professores da escola “A” disseram que, dadas as novas propostas implantadas pela Secretaria Municipal de Ensino de Curitiba, procuram constantemente aperfeiçoar-se, a fim de poderem dar oportunidades para que a aprendizagem seja desenvolvida por todos os alunos, apesar das dificuldades políticas e sociais encontradas.

Já na escola “B” oitenta por cento dos professores que participaram desta pesquisa disseram que estão procurando aperfeiçoar-se para poderem formar os novos cidadãos e outros vinte por cento afirmaram que passaram a aprimorar a sua metodologia de ensino somente após a implantação dos ciclos.



A opinião dos professores vem para demonstrar que o processo de implantação dos ciclos, nas escolas municipais da cidade de Curitiba, necessitava, primeiramente, de um processo de formação e conscientização sobre as diretrizes que esta nova política deveria seguir. Mas, ao lado disso, seria necessário também o desenvolvimento de processos de aperfeiçoamento e renovação da prática educativa dentro dos parâmetros de uma educação continuada, pois não foi apenas a nomenclatura dos sistemas de ensino que se alterou, mas também o currículo, ou seja, todo o processo de ensino-aprendizagem escolar.

Enfrentar uma realidade nova, sem ter, muitas vezes, o conhecimento sistematizado necessário, solucionar os problemas da sala de aula e, ainda, amenizar as dificuldades dos alunos sem um apoio político real, e mesmo assim buscar o aprimoramento da metodologia, é uma atitude que merece um grande reconhecimento de toda a sociedade. Os únicos indivíduos que realmente estão preocupados com os destinos da educação são aqueles que convivem diariamente e diretamente com a mesma.

Ao perguntar aos professores sobre a opinião deles quanto à forma de avaliação adotada pela escola, setenta e dois por cento dos profissionais da escola “A” concordam com a proposta pedagógica adotada pela escola e procuram segui-la conforme são orientados pela equipe pedagógica e administrativa. Já, vinte e oito por cento dos professores disseram que não concordam com os ideais de avaliação que são adotados pela escola e acabam seguindo procedimentos próprios.

Na escola “B” quarenta por cento dos professores possuem procedimentos próprios por não concordarem com a proposta pedagógica desenvolvida pela escola e outros quarenta por cento não concordam com os procedimentos de avaliação adotados na instituição, mas os seguem por obrigação e por não terem segurança de adotar procedimentos inovadores e tradicionais. Já, vinte por cento dos profissionais da educação responderam que concordam com os métodos adotados e os seguem sem fazer alterações.

O processo de avaliação de um sistema escolar deve estar vinculado com a concepção de ensino, que norteará a prática pedagógica, e as decisões metodológicas tomadas a partir da concepção de ensino, tendo-se claro o que de fato se desejará ensinar para saber o que deverá ser avaliado. Portanto, para se



atingir os objetivos que se pretendem, a forma de avaliação é essencial e deve ser definida no coletivo escolar, visando ao que realmente o aluno sabe.

Para que haja qualidade na educação, como diz Mezomo, é necessário que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo. Se uma parte dessa comunidade não está interada da missão da escola, certamente o processo não atingirá os resultados esperados. “É preciso derrubar as barreiras e aproximar as pessoas, porque assim que se melhoram os processos e os sistemas”. (MEZOMO, 1997, p. 30)

Além das questões objetivas, no questionário havia também questões dissertativas. A primeira questão relacionava-se aos pontos positivos do novo processo de estruturação dos ciclos e os professores deveriam descrever situações que surgiram após a implantação dos mesmos e que passaram a contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade.

Foram estas as situações mais citadas pelos profissionais da educação que responderam ao questionário: possibilidade de reorganização do tempo escolar, acompanhamento do professor no ciclo, a reflexão dos profissionais da educação sobre sua prática educativa, avaliação contínua, maior oportunidade de aprendizagem aos alunos, proposta teórica coerente, integração de conteúdos, desenvolvimento integrado de aptidões do aluno, revisão do conceito de reprovação.

Também foi solicitado aos professores, na segunda questão dissertativa, que relatassem os pontos negativos do processo de ciclagem, ou seja, que descrevessem situações que passaram a não contribuir para a aquisição da aprendizagem com qualidade e que surgiram após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem. As situações relacionadas são: falta de estrutura e recursos humanos; formação deficiente do professor; currículo seriado; falta de respeito com a opinião do professor; a imposição na implantação da política educacional atual; proposta utópica; falta de interação entre etapas e ciclos (sua essência ainda é seriada); equipe multidisciplinar; retenção dos alunos apenas no final do ciclo; sucateamento da qualidade do ensino-aprendizagem; aprovação de alunos sem o domínio dos pré-requisitos necessários; falta de interesse de conteúdos determinados; falta de especialistas para auxiliar no processo; morosidade dos atendimentos especializados.



## CONCLUSÃO

Após o estudo realizado em que se levantou o problema “até que ponto os ciclos de aprendizagem instaurados pela Prefeitura Municipal de Curitiba suprem as necessidades dos educandos e educadores”, e mediante o contato com os profissionais que realmente participam ativamente do processo de ciclagem, e que também (em sua maioria) já trabalharam com o sistema de ensino na forma seriada, foi possível concluir que há uma grande insatisfação em relação aos rumos tomados pela atual política, começando pelo processo de implantação, que surgiu, segundo os sujeitos da pesquisa, de maneira imposta hierarquicamente, sem muitas discussões e preparação da comunidade escolar; observa-se neste contexto que há falta de comunicação entre a entidade mantenedora e os reais agentes do processo educacional.

Analisando os questionários que foram aplicados, pode-se concluir, ainda, que o processo de ciclagem gerou uma acomodação e maior desinteresse por grande parte da comunidade escolar, na medida em que se altera um contexto de repetências e punições pela falta de estudo, instituindo-se um novo sistema sem os esclarecimentos e conscientizações necessárias. Há a valorização de números e não do conhecimento adquirido. Por outro lado, há ação por parte dos profissionais, que realmente compreendem a função social de seu trabalho e que se comprometem com o pleno desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade, enfrentando todos os obstáculos e lutando por seus ideais.

A sugestão que se propõe é a realização de trabalhos de formação de toda a comunidade escolar (cursos de capacitação, seminários, experimentação do sistema em apenas algumas escolas, estudos de grupo, etc.), ou seja, todos os envolvidos com o processo de ensino, para que possam conhecer melhor a proposta, além de vivenciá-la com maior segurança e conhecimento de causa.



## REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96:** um trabalho elaborado pelo Fórum Paranaense em defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 1997.

ARROYO, M. G. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. **Educação & Sociedade:** revista de Ciência da Educação / centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes). Campinas: Cedes, v. XX, nº 68, pg. 143-161, 1999.

AZEVEDO, J. C. de. A democratização da escola no contexto da democratização do Estado: a experiência de Porto Alegre. In: **Escola Cidadã:** teoria e prática/Luiz Heron da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, p.12-30, 1999.

COSTA, M. da. A educação de conservadorismo. In: **Pedagogia da Exclusão**/Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes, 1996, p.43-76.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. **A escola Municipal e os Ciclos de Aprendizagem:** processos de implantação. Curitiba, 1999.

FREITAS, L. C. de. Seis Teses sobre a Educação e Contemporaneidade. In: **Revista Educação**, Belém, 1995.

MEZOMO, J. C. **Educação e Qualidade Total:** a escola volta às aulas. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de políticas educacionais. **Os parâmetros curriculares nacionais:** versão preliminar, Brasília, MEC, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Sistematização e estruturação dos ciclos de formação: versão revisada e ampliada. **Cadernos Pedagógicos 9.** Dezembro de 1995.